

DO QUE SE TRATA?

A Lei n. 13.303/2016 instituiu o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de maneira que, atendendo ao comando constitucional do artigo 173, §1º, dispôs sobre o regime jurídico próprio das empresas estatais, sendo inovadora ao dispor de um novo regime licitatório e contratual para as empresas públicas e sociedades de economia mista, apresentando normas gerais e delegando às estatais que, no âmbito interno, a partir de minúcias que envolvem o cumprimento de sua função social, editem seus regulamentos internos de licitações e contratos.

O curso tem por objetivo expor as inovações decorrentes da edição da Lei nº 13.303/2016, explicando a necessidade de implementação dos instrumentos disponibilizados para a realização de licitações e formalização de contratos, a partir de uma estruturação e aplicação do regimento próprio para suas contratações, tendo por base as orientações trazidas pela Lei Federal nº 13.303/2016, enfatizando que aquele instrumento também estipulou prazos que deveriam ser cumpridos pelas empresas estatais.

QUANTO INVISTO? (por pessoa)

R\$ 890,00 (oitocentos e noventa reais)

SE FOR INVESTIR EM UMA EQUIPE?

R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)*

* limitado a 10 (dez) participantes do mesmo órgão

CARGA HORÁRIA?

12 horas

INCLUSO:

- Apostila com conteúdo do curso e
- Certificado

COMO E ONDE?

O curso será realizado em dois dias consecutivos, das 09 às 12h e das 14h às 17h, em **AMBIENTE VIRTUAL INTERATIVO**, com participação integral e ao vivo do professor.

PARA QUEM?

Advogados estatais, procuradores, professores, acadêmicos de Direito, pesquisadores, empregados das empresas estatais, agentes de licitação, e interessados em temas contemporâneos de Direito Administrativo.

COM QUEM?

RENILA BRAGAGNOLI - Mestranda em Direito Administrativo e Administração Pública pela Universidade de Buenos Aires - UBA. Especialização em Políticas Públicas, Gestão e Controle da Administração pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Advogada da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, Codevasf, empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional. Chefe titular da Unidade de Assuntos Administrativos (consultivo) da Assessoria Jurídica da Presidência da Codevasf.



Autora do Livro “Lei n.º 13.303/2016: reflexões pontuais sobre a lei das estatais” (ISBN 978-85-93826-07-8) publicado pela Editora JML, 2019.

Mantém o perfil @advocaciaestatal no Instagram, onde publica assuntos relacionados a Licitações, Contratos e, especialmente, conteúdo envolvendo a Lei das Estatais.

Autora de artigos jurídicos. Palestrante. Professora.

COMO PARTICIPO?

As inscrições poderão ser realizadas:

- nosso site: catesolucoes.com.br/cursos-online
- nossos whatsapps: (79) 99633-3453 / 99683-5860 / 99635-6232
- nosso e-mail: inscricao@catesolucoes.com.br

O pagamento ocorrerá por depósito, transferência ou boleto bancário, em parcela única, até a data de realização do evento, momento em que será liberado o acesso ao ambiente virtual. **TRABALHAMOS COM EMPENHO**

QUAIS OS DADOS BANCÁRIOS?

RAZÃO SOCIAL: DANIEL DA S ALMEIDA CURSOS E TREINAMENTOS
CNPJ: 23.072.800/0001-13

BANCOS CONVENIADOS:



Banco: 756 – SICOOB LESTE
Ag.: 3360 – Aracaju
Conta: 12.136-3



Banco: 047 – BANESE
Ag.: 043 – Barão de Maruim
Conta: 031.03572-1

OUTRAS INFORMAÇÕES?

79) 99683-5860 / 99635-6232
(79) 99979-8171 / 99633-3453
ead@catesolucoes.com.br
catesolucoes.com.br/cursos-online

O QUE VAMOS APRENDER?

Módulo I – Perspectivas da Lei n.º 13.303/2016

1. Previsão constitucional
2. Contexto de publicação
3. Aplicabilidade
4. Abrangência

Módulo II – Regime licitatório da Lei das Estatais

1. Aspectos gerais
2. Princípios
3. Diretrizes
4. Exceções ao dever de licitar
 - 4.1. O art. 28
 - 4.2. Dispensa de licitação
 - 4.3. Inexigibilidade de licitação
5. Elaboração do edital
 - 5.1. Critérios de julgamento
 - 5.2. Ausência de modalidades
 - 5.3. Habilitação
 - 5.4. Fases e inversão de fases
 - 5.5. Recursos, esclarecimentos e impugnações
6. Procedimentos auxiliares
7. Inovações da Lei das Estatais
8. Lei nº 13.303/2016 x Decreto nº 10.024/2019

O QUE VAMOS APRENDER?

Módulo III – A execução contratual

1. Aspectos gerais
2. Cláusulas obrigatórias
3. Alteração de valor/planilha
4. Alteração de prazo
5. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro
6. Alterações consensuais

Módulo IV – Penalidades

1. Aspectos gerais
2. Tipo de sanções
3. Proporcionalidade da pena
4. Contraditório e ampla defesa

Módulo V – Como e porque editar um Regulamento Interno de Licitações e Contratos

**A CAPACITAÇÃO TRAZ
EFICÁCIA PARA A GESTÃO**



GATESOLUCOES